

**Roberto Campos**

PPR-RJ

**BC Independente** — “Quando foi formulado, em 1964, o Banco Central foi independente e seus diretores tiveram mandato, mas logo em seguida os mandatos foram desrespeitados. Tem que reformular a estrutura do BC, transformando-o em junta de conversão. Tal como está, o BC é irreversível.”

**Desindexação** — “Não gosto da palavra desindexação. Prefiro a desoficialização da indexação. Não pode ter obrigatoriedade de indexação nem indicadores oficiais.”



**Reforma tributária** — “Acho que esta deveria ser a quarta reforma. A primeira seria a eliminação de monopólios e aceleração de privatiza-

ções. A segunda, a reforma da Previdência. Depois, a reforma administrativa e a reforma fiscal. Para fazer isso, é preciso saber o tamanho do Estado.”

**Monopólios** — “Deve extinguir todos. Mas acredito que é difícil privatizar a Petrobrás. A Telebrás acho viável. Pode até deixar a União ficar com o monopólio desde que haja a possibilidade de fazer concessão para empresas privadas.”

**Concessões** — “Acho bom o projeto, mas há a objeção de empresas estaduais e federais que não querem se expor à concorrência. Acho que

terminada a concessão deve abrir licitação para ver quem se compromete com melhor serviço e tarifas mais baratas. Mas o projeto ainda tem que passar pelo Senado.”

**Estabilidade** — “Só para concurso em funções de governo, como diplomacia, militares, agentes fiscais. Para outros cargos de mercado, não devia ter.”

**Reformas** — “Fernando Henrique tem uma base mais forte do que os dois presidentes anteriores. Contará com o PSDB, o PFL e o PTB. No Congresso, existe uma maioria reformista e a esquerda não avançou.”

**Maria da Conceição Tavares**

PT-RJ

**Monopólios** — “Eliminar os monopólios de energia nuclear e petróleo não é fácil porque são assuntos estratégicos e, além disso, o Congresso não mudou muito. A bancada que apóia o Fernando Henrique é a mesma anterior.”

**Concessões** — “Uma coisa é o blá-blá-blá do liberalismo que um bando de economistas defende como se fosse salvação. Acho que a concessão de serviços públicos, que trata de água, saneamento, trata de tudo numa só lei é



impossível. Acredito que vão fazer uma MP para substituir esse projeto ou vai ter que fazer uma negociação política. Independentemente do fa-

to de eu estar na oposição, a maioria que daqueles que apóiam o futuro governo é formada por subgrupos regionais, lobbies sem unidade. Não vai ser fácil aprovar coisa alguma.”

**Reforma tributária** — “Há sete projetos para baixar os impostos. Mas eu pergunto: como é que o governo vai fazer isso? Ao mesmo tempo, vai ter que subir a carga tributária? Se o governo for desonerar os empresários, vai ter que compensar nos Estados e os mais importantes, que são Rio, São Paulo e Minas estão em poder do PSDB. Será que eles vão se alinhar com o pensa-

mento da equipe? A briga vai começar em casa. Será que eles conseguem passar com um trator em cima dos interesses paulistas? Os interesses de São Paulo e do Nordeste não vão concordar com a reforma tributária. Os três estados são os mais deficitários. Como é que vai ser? Vão ser tratados na porrada?”

**Pauta mínima** — “Como dizia o Osiris (Lopes, ex-secretário da Receita), imposto bom é imposto velho. Acho que a reforma só sai depois de uma pauta mínima com os governadores e a bancada que vai do PFL do Nordeste ao PMDB do Rio Grande do Sul.”

**Francisco Dornelles**

PPR-RJ

**BC Independente** — “Sou autor de um projeto sobre esse tema. Acho que deveriam ser fixados mandatos em que os diretores só possam ser exonerados com autorização do Senado. Isso daria forças ao governo para enfrentar os problemas de bancos estaduais, sem desgaste político para o governo.”

**Reforma tributária** — “É preciso definir área de atuação do poder público. Ai discute-se abertura, desestatização, aceleração da privatização, quebra de monopólios, eliminação de restri-



ções ao investimento estrangeiro. O segundo ponto da reforma deve prever redefinição de competência da União, Estados e Municípios. Deve eliminar competências comuns como saúde,

transporte e educação, defendendo uma ampla descentralização só para estados e municípios. Eu fecharia o MEC e até o Ministério da Agricultura poderia passar para estados e municípios.”

**Reforma administrativa** — “Defendo um amplo processo de terceirização. A tendência do Estado moderno deve ser o que cobra impostos de pessoas de maior renda e maior patrimônio e com esses recursos ele compra serviços do setor privado para as pessoas de menor renda.”

**Monopólios** — “Defendo a quebra de todos os monopólios. Qualquer um deles agri-

de a economia de mercado.”

**Estabilidade** — “Sou a favor da estabilidade em carreiras próprias do Estado, como Polícia, Fisco, Ministério Público, magistério. Para outras carreiras, defendo a terceirização.”

**Encargos trabalhistas** — “Os encargos baseados na folha tem que ser eliminados ou bastante reduzidos. Estes encargos estimulam as empresas a reduzirem mão-de-obra. Tem de mudar também o mecanismo de financiar a Previdência. A contribuição não pode ter como base a contribuição patronal sobre a folha de salários.”

**Antonio Kandir**

PSDB-SP

**Monopólios** — “Defendo o fim do monopólio em todas as áreas, à exceção dos minerais radioativos, mas não descarto algum sistema de transição. A Constituição é muito totalitária. Admito uma discussão técnica, em alguns aspectos de setores como telecomunicações. É importante ouvir os setores envolvidos.”

**Concessões** — “Sou totalmente a favor e, quando estive no governo, acompanhei de perto o projeto do senador Fernando Henrique. Estou frustrado. Quando sai, a bola estava caindo



na caçapa. O efeito fiscal da maior abertura às concessões é imediato, facilita o financiamento e limpa o Orçamento.”

**Reforma tributária** — “A questão tributária tem de ser simultâ-

nea a outras. O Congresso tem de se perguntar o que o Estado deve fazer, quem deve assumir qual tarefa e como. Seria dividir o que é público e o que é privado; o que é da União, dos estados ou dos municípios; e se o governo deve entrar como regulador ou agente. A reforma administrativa, o pacto federativo e a discussão da ordem econômica antecede a questão tributária. Deve-se primeiro aparelhar a Receita, dando maior autonomia. No sistema ideal de tributação, a União ficaria com o imposto de renda — que, lá na frente, substituiria até o IOF —, o Estado ficaria com

o imposto sobre consumo (no qual se evitaria incidência em cascata) e o município com imposto sobre propriedade (IPTU e IPVA). Na reforma administrativa, deve-se descentralizar ao máximo.”

**Conversibilidade/Desindexação** — “Sou a favor da conversibilidade, sem câmbio fixo. Defendo a desregulamentação da contratação em moeda estrangeira, mas não de contas no país em dólar. A desindexação deve ocorrer no tempo previsto, em julho. Agora não é o momento, tenho sérias dúvidas se se pode fazer isso tão cedo.”

**Eduardo Suplicy**

PT-SP

**Reforma tributária** — “É importante fazer uma reforma que aumente a racionalidade e simplifique o sistema atual. Quero ver qual é a proposta do Executivo, para me posicionar. Tenho dúvidas sobre tirar o sistema tributário da Constituição, e defendo a manutenção e aperfeiçoamento do Imposto de Renda e a criação do Imposto sobre Grandes Fortunas. A absorção do IPI e do ICMS por um só imposto sobre valor agregado tem a minha simpatia. Defendo o pro-



grama de garantia de renda mínima, como a outra face do sistema tributário.”

**BC independente** — “Temos de avançar mais um pouco na estabilidade da economia para tentar algo como

maior autonomia do Banco Central. Defendo uma proposta elaborada com o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, de um órgão emissor de moeda que teria como lastro os ativos nacionais, teria hipotecadas parte das ações de todos os ativos do país.”

**Conversibilidade** — “A moeda brasileira só se tornará forte à medida em que houver estabilidade e a economia se fortalecer. Sou contra a fixação do câmbio e a conversibilidade.”

**Desindexação** — “Deve-se ter muito cuidado. Hoje já há uma

semi-desindexação dos salários e se mantém a indexação para o mercado financeiro. Meu apoio à desindexação depende de uma queda sustentável da inflação e das regras a serem criadas para proteger os salários.”

**Monopólios** — “Esse assunto é motivo de grande debate interno dentro do PT. Sou posição minoritária dentro do partido e tenho postura aberta para dialogar uma possível flexibilização dos monopólios. É um assunto que temos de deixar para ver no ano que vem.”

**Delfim Netto**

PPR-SP

**Reforma tributária** — “Não precisa de originalidade para a reforma tributária. A Constituição deve trazer dois ou três dispositivos, determinando como se fixa o imposto e como proteger o cidadão, deixando o resto para a lei complementar. O Brasil precisa é dar funcionalidade ao sistema tributário. Deve haver um imposto sobre patrimônio, um sobre renda e sobre vendas, copiando o que já existe em todo o mundo. Na questão da reforma administrativa, de-



fendo todo poder ao Cardoso, que é o único radicalmente comprometido com o sucesso do plano. Não podemos permitir que depois haja um mordomo para o Executivo culpar.”

**Monopólios** —

“Deve-se fazer uma reforma radical do Estado, privatizando e acabando com todos os monopólios. Não existe área estratégica, como dizia Margaret Thatcher, nada é mais estratégico que produzir alimentos, e essa atividade é privada no mundo todo. Flexibilização é conversa mole, temos de liquidar o Estado e comprar dívida de volta.”

**BC independente** — “Voto a favor para me divertir depois. BC independente só com governo independente. É ilusão acreditar que a nação vai se curvar a um

burocrata que decidirá quando faz recessão, quando financia ou não as atividades econômicas.”

**Desindexação** — “Só se desindexará com uma nova política salarial. Não há dúvida que foi um equívoco manter a indexação e temos de aprovar o que vier para corrigir isso.”

**Conversibilidade** — “Não acredito que se possa aprovar isso, principalmente depois das bobagens que fizeram com o câmbio. A proposta seria o reconhecimento de que são incapazes de fazer política monetária.”

**Lauro Campos**

PT-DF

**Concessões** — “De início sou contra o projeto. Fizeram uma crise artificial do Estado para justificar a entrada do capital privado. Houve uma acumulação excessiva do capital no setor público, e não havia taxa de lucro suficiente para remunerar todo esse capital.

Agora querem alienar esse patrimônio por um valor bem inferior, que permite uma taxa de retorno bem menor, mas ainda lucrativa.

**Reforma tributária** — “Todos sabem

que o aumento de carga tributária provoca inflação e, nesse caso, é contraditório: se a postura do governo é equilibrar o Orçamento, aumentar a carga tributária é como dar gordura a quem quer fazer dieta. Além disso, nunca vi aumento de carga tributária que não se refletisse sobre os preços; quem paga é o trabalhador.

Pretendo estudar a proposta que vier do governo. Se o aumento da carga tributária é para continuar dando recur-

sos para os banqueiros, sou contra.

Não se pode ver a questão dos tributos só do lado da receita, é preciso discutir sua destinação. Uma das prioridades deve ser, por exemplo, um tratamento razoável da dívida pública.”

**Monopólios** — “O capitalismo é um processo que, quando vitorioso, tende a criar cartéis e monopólios. Não faz diferença passar do monopólio estatal nacional para o monopólio privado ou estatal estrangeiro.

Quem argumenta com a falada eficiência da iniciativa privada deveria verificar as empresas que foram buscar socorro no BNDES.”

**Desindexação** — “O Roberto Campos, quando criou a correção monetária, não queria a indexação. Numa sociedade de classes, a indexação existe como expressão dos interesses dos tomadores de recursos. O fim dos índices agora seria como quebrar um termômetro para curar a febre, só tornaria o quadro mais caótico. É mandrismo.”

**Yeda Crusius**

PSDB-RS

**Reforma tributária** — “O imposto deve ser aplicado na base da produção. Deve ser reduzida a carga de impostos sobre folha de salários. Parte da reforma fiscal é a redução de despesas, e, nesse ponto, apóio a proposta de imposto de renda negativo, com eliminação de programas como o seguro-desemprego e outros assistencialistas. Deve-se redistribuir encargos entre União, Estados e Municípios. A reforma tribu-



tária não pode ser isolada, tem de vir junto de um programa de desenvolvimento que inclui também a reforma da Previdência, combinando aposentadoria por tempo de serviço com idade.”

**Monopólios** — “A flexibilização é imperiosa. Deve-se abrir progressivamente a concorrência nos monopólios, mas isso deve vir junto com uma política industrial, de desenvolvimento. Monopólio, só em alguns setores estratégicos e em áreas de ponta em ciência e tecnologia.”

**Concessões** — “Deve haver salvaguardas para algumas concessões. Seria bom abrir a discussão sobre as consequências da sua regulamentação. No caso do setor elétrico, por exemplo, não há motivação para paralisar o que a empre-

sa pública não pode fazer.”

**Desindexação/Conversibilidade** — “A desindexação é bem vinda e requer discussão. Mas para desindexar é preciso condições no mercado financeiro para se oferecer títulos desvinculados de um índice oficial, produtos de longo prazo. A conversibilidade agora não é compatível com o plano.”

**BC independente** — “O BC não pode estar mais imiscuido no Tesouro, mas o mandato dos diretores não pode vir antes da reforma fiscal.”